

SISTEMA NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL: ESTRUTURA, RESULTADOS E DESAFIOS PARA POLÍTICA DE ESTADO – LIVIO AMARAL

Cristina Satiê de Oliveira Pátaro *
Frank Antonio Mezzomo *

A entrevista com Lívio Amaral, Diretor de Avaliação da CAPES desde 2009, foi realizada em 29 de Maio do corrente ano, por ocasião do “I Seminário sobre Avaliação da Pós-Graduação no Paraná”, evento realizado na Universidade Estadual de Maringá que teve como objetivo discutir o fortalecimento, os desafios e metas da Pós-Graduação do estado do Paraná. O evento – promovido na perspectiva da avaliação trienal dos Programas de Pós-Graduação da CAPES a ocorrer nos meses de Outubro e Novembro/2013 – ganha maior importância se confirmar como um fórum contínuo de debate acerca da Pós-Graduação.

Lívio Amaral é professor vinculado ao Departamento de Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e apresenta consolidada carreira acadêmica, tendo orientado diversas pesquisas de mestrado e doutorado e produzido trabalhos científicos publicados em periódicos consolidados. É bolsista produtividade em pesquisa pelo CNPq.

Tendo com base o “Plano Nacional de Pós-Graduação (2011/2020)” e a recente publicação “Mestres 2012: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira”, Lívio Amaral apresenta alguns resultados e desafios acerca da definição de uma política de Estado voltada para a Pós-Graduação; o fortalecimento e expansão da Pós-Graduação brasileira; o papel do Brasil na produção de ciência e sua representação diante do cenário latinoamericano e mundial¹. Os elementos apresentados podem contribuir na definição de uma política voltada para a ampliação na oferta de Cursos *Stricto Sensu* conforme demanda nacional, além de pensar o Estado como ente indutor de produção de conhecimento e formação de recursos humanos nas diferentes regiões brasileiras.

Como se organiza, atualmente, o Sistema Nacional de Pós-Graduação?

Lívio Amaral: O Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) é ligado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e constituído por sua presidência, conselhos e diretorias responsáveis pela política de gestão, financiamento, indução e ampliação de Programas e Pós-Graduação no

Brasil e, conseqüentemente, de produção de ciência. Grande parte das ações do SNPG é orientada pelo “Plano Nacional de Pós-Graduação do Brasil (2011-2020)”, onde estão traçadas as metas, os desafios e a direção que deve tomar a Pós-Graduação brasileira até 2020. O SNPG é composto massivamente por Programas de Pós-Graduação ofertados por instituições públicas federais, estaduais ou municipais que, em 2012, contava com quase 160.000 matriculados. Somente o setor federal é responsável pela oferta de quase 55% do total de matrículas, seguido pelo setor estadual, com pouco mais de 25%. Já o setor privado participa com aproximadamente 38.000 alunos matriculados, dos quais 43% estão ligados à área de Ciências Sociais Aplicadas. Com relação ao quantitativo dos cursos, tomando como base o mês de dezembro de 2012, o SNPG é composto por 5.211 cursos *Stricto Sensu* agrupados em 3.387 Programas de Pós-Graduação, assim distribuídos: 472 cursos de Mestrado Profissional (9%); 2.967 cursos de Mestrado Acadêmico (57%) e 1.172 cursos de Doutorado (34%). Importante dizer que, nas últimas três décadas, o SNPG tem apresentado um cenário de crescente oferta de vagas e ampliação de novos Programas *Stricto Sensu*. Mesmo com troca de regimes políticos, alternâncias de lideranças e partidos políticos, mudanças econômicas e sociais, o crescimento da Pós-Graduação, inclusive com a oferta de mestrados profissionais desde meados da década de 1990, aponta que o SNPG mantém um comportamento de crescimento sem grandes saltos, sem grandes interrupções, o que mostra a existência de uma política de estado.

Ainda acerca do crescimento da Pós-Graduação no Brasil, em especial nos últimos anos, cabem alguns destaques. O primeiro é o crescimento na oferta de cursos ligados à área das Engenharias, cujo objetivo é atender a demanda nacional provocado em grande medida pelo desenvolvimento econômico e a necessidade de recursos humanos qualificados. Segundo, vale mencionar o crescimento na oferta – e o desafio na avaliação, para a CAPES – do Mestrado Profissional, que desde meados da década de 1990 vêm sendo ofertados. As áreas de conhecimento Interdisciplinar, Administração, Ensino, Odontologia e Saúde Coletiva respondem pela grande fatia desses mestrados. Por fim, o crescimento, acima da média, na oferta de cursos Interdisciplinares. Aqui vale uma reflexão sobre essa oferta. O mundo é cada vez mais sobreposto, mais inter e multidisciplinar no que se queira abordar. A interdisciplinaridade está acontecendo no mundo, afinal a natureza é inter/multidisciplinar. O objeto de estudo, antes abordado disciplinarmente, conforme

modelo oriundo no século XIX, passa a ganhar transversalidade, o que exige processos, métodos, paradigmas de outras áreas do conhecimento. Isso acontece porque assim é a natureza. A resposta da CAPES, nesse sentido, tem sido instrumentalizar e dar suporte para que as 48 áreas do conhecimento dialoguem entre si e avaliem conjuntamente, quando for o caso, acerca da abertura de novos cursos interdisciplinares. Com isso, a CAPES busca dar resposta promovendo a gestão de programas *Stricto Sensu* conforme a demanda da sociedade e exigência da comunidade científica.

Apesar do crescimento na oferta dos Programas de Pós-Graduação no Brasil, sabemos que há alguns desafios a serem superados, dentre os quais devemos mencionar as assimetrias regionais e intrarregionais. De que forma essa distribuição desigual entre as regiões se reflete na formação dos mestres e doutores?

Livio Amaral: A oferta dos Programas de Pós-Graduação encontra-se ainda muito centralizados nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, provocando forte assimetria na formação de mestres e doutores no Brasil. Como exemplo, pode-se citar que, enquanto a média de mestres no Brasil é de 5,3 por 1.000 habitantes, as regiões Norte e Nordeste, respectivamente, contam com a média de 2,67 e 2,92. Uma observação importante para o estado do Paraná é que no mesmo período passa a contar com média de 5,7 mestres por 1.000 habitantes, isto é, acima da média nacional. Um dado interessante é a participação das mulheres com titulação de mestre. Tendo como base os anos de 1996 e 2009, enquanto na área de Engenharias a participação da mulher ainda é incipiente, com pouco menos de 1/3 do total, as áreas da Linguística, Letras e Artes, das Ciências Biológicas e Saúde são ocupadas por aproximadamente 2/3 de mulheres. Acima de 50% ainda se encontram as áreas de Ciências Humanas e Ciências Agrárias. Já com relação à titulação de doutores, a média nacional é de 1,9 por 1.000 habitantes, mantendo a mesma assimetria nacional já constatada na formação de mestres. Enquanto a região Sudeste apresenta a média de 2,6, as regiões Norte e Nordeste apresentam o menor índice, com respectivamente 0,9 e 1,0 doutores por 1.000 habitantes. O Sul, com 1,9 – índice pouco acima da média nacional –, é empurrado pelo estado do Rio Grande do Sul, com 2,2, enquanto Paraná e Santa Catarina encontram-se empatados, com 1,8 de doutores por 1.000 habitantes em cada um – isto é, média pouco abaixo da nacional. Para termos uma ideia dos impactos dessas disparidades,

peguemos os dados referentes à média salarial tendo em vista a escolaridade (Gráfico 01). Podemos verificar uma porcentagem significativa de acréscimo no rendimento a cada nível de ensino concluído. É o que chamamos bônus educacional. Assim, quem tem o ensino fundamental completo possui um rendimento 25% superior a quem não completou o ensino fundamental, e quando a gente consegue concluir o ensino superior, o acréscimo é de 170%. Da mesma forma, um curso de Mestrado representa um ganho de 83% em relação ao nível anterior e, com o Doutorado, o rendimento passa a ser 35% maior. Estes números nos permitem entender as relações entre o avanço socioeconômico de um país e região e a formação e qualificação pessoal, e dimensionam os desafios a serem superados no que diz respeito à ampliação, com qualidade, da oferta da pós-graduação e à reparação histórica das assimetrias regionais e intrarregionais.

Que outros desafios se colocam diante do Sistema de Pós-Graduação no Brasil?

Livio Amaral: O PNPG 2011-2020 menciona alguns desafios a serem enfrentados e superados pela Pós-Graduação na próxima década. Dentre eles podemos mencionar: a correção das assimetrias regionais e intrarregionais na oferta de cursos *Stricto Sensu*, conforme abordei anteriormente; a ampliação de intercâmbio e convênios com instituições, agências de fomento e de pesquisa internacionais, com vistas a promover a internacionalização da ciência; a aproximação da Pós-Graduação com a Educação Básica, além da criação e fortalecimento de programas com Parfor, Pibid, entre outros, voltados para o Ensino Fundamental e Médio.

Como você entende as relações entre o crescimento da Pós-Graduação, a formação de recursos humanos e a produção de conhecimentos?

Livio Amaral: Historicamente, no Brasil, a titulação de doutores está diretamente ligada à produção de ciência. Desde 1987 até 2011, a produção de conhecimento – expressa na produção e publicação de artigos em revistas científicas, livros, relatórios, patentes, entre outros produtos – mantém uma estreita aproximação com a quantidade de doutores titulados. Se no final da década de 1980 tínhamos pouco menos de 5 mil doutores e o equivalente em produtos científicos, a curva ascendente e paralela segue em 2011, quando se atinge pouco mais de 12 mil doutores e 16 mil produtos científicos. Essa constatação evidencia o impacto e a contribuição da Pós-Graduação na produção de conhecimento, tecnologia e

inovação. O crescimento da produção científica brasileira também ganha destaque no cenário mundial, se considerar o número de artigos publicados nos últimos 20 a 30 anos². A partir da década de 1990, há uma significativa inflexão ascendente e que leva o Brasil a ocupar, em 2010, a 13ª posição na produção mundial de conhecimentos, representando 2,7% com um total aproximado de 32 mil artigos publicados. Esse crescimento é exponencialmente maior que a média mundial, que é algo em torno de 3 mil artigos por ano. Enquanto é grande o fosso que separa o Brasil de países como Estados Unidos, China e Alemanha, com respectivamente 28,6%, 9,95 e 7,5% da produção mundial, na América Latina a contribuição brasileira atinge aproximadamente a metade de toda a produção de conhecimento, sendo que os demais países, como México, Argentina, Chile, Venezuela, respondem por outros 50%³.

De que forma a CAPES faz, atualmente, a gestão de seu orçamento?

Livio Amaral: O orçamento anual da CAPES é investido majoritariamente na concessão de bolsas para mestrado, doutorado e pesquisador visitante, no incentivo ao fomento e na organização do Portal de Periódicos CAPES. Todos juntos atingem mais de 95% do orçamento do órgão, o que representa uma estrutura enxuta no que se refere aos custos administrativos para seu funcionamento. Com essa política, anualmente tem-se percebido o aumento na concessão de bolsas de estudos, inclusive para os novos Programas *Stricto Sensu*, além da ampliação significativa do apoio para pesquisadores visitantes, o que contribui para o intercâmbio científico. Outra ampliação considerável é o acesso livre para mais de 320 instituições de Pós-Graduação e outras 300 com acesso parcial ao Portal de Periódicos CAPES, que, em 2011, contava com aproximadamente 33 mil periódicos nacionais e internacionais. O portal, que em 2012 teve mais de 67 milhões de acesso, tornou-se uma ferramenta extraordinária para divulgação e democratização do conhecimento.

Como será a Avaliação Trienal dos cursos de Pós-Graduação, que ocorrerá neste 2º semestre de 2013? Haverá mudanças?

Livio Amaral: O período da avaliação trienal já está marcado. Ela não será realizada em julho ou agosto, como tem ocorrido das últimas vezes, mas será realizada no mês de outubro, por uma simples razão: não houve tempo hábil para preparar todo o material e os consultores, enfim, tudo o que precisa estar pronto

para a avaliação ocorrer. Se começássemos em julho, os consultores iriam se reunir sem que fosse possível dar início às avaliações, e essa foi a principal razão da mudança para outubro. A avaliação trienal ocorrerá em 4 semanas, havendo em cada uma delas uma média de 300 consultores, totalizando 1.200 profissionais envolvidos.

Neste momento, estamos trabalhando com os documentos das áreas, atualizando os critérios de área que deverão nortear a avaliação. Basicamente, o modelo de documento em todas as áreas é o mesmo: temos um primeiro campo com as considerações gerais, onde cada área se descreve, fazendo aquilo que eu chamo de fotografia, indicando a quantidade de cursos, as notas, as linhas, dentre outros. Neste campo são também apresentadas considerações acerca da interdisciplinaridade na área e as relações que a área vem estabelecendo ou pode vir a estabelecer com a Educação Básica. No segundo campo, constam os requisitos e orientações da área para as propostas de cursos novos, em nível de Mestrado (acadêmico e profissional) ou Doutorado, indicando-se considerações e critérios a respeito da proposta do curso, do corpo docente, produção intelectual e outros. O terceiro campo apresenta considerações gerais sobre a avaliação trienal de 2013, indicando as demandas e desafios da área, considerações sobre os seminários de acompanhamento, dentre outros. O quarto campo apresenta aspectos relacionados à classificação de periódicos, livros, eventos, e demais produtos, indicando de que forma se conceituam e como serão estratificados para efeitos da avaliação. O quinto campo é constituído pela ficha de avaliação, exatamente aquela que cada um dos Programas de Pós-Graduação vai receber em novembro ou dezembro, quando a avaliação estiver finalizada. A ficha de avaliação é realizada para cada nível de curso (Mestrado Acadêmico, Mestrado Profissional e Doutorado) e composta por 5 quesitos: 1) Proposta do programa; 2) Corpo docente; 3) Corpo discente, teses e dissertações; 4) Produção intelectual; 5) Inserção social. Um destaque a respeito da ficha de avaliação é que ela vai indicar definições, comentários e indicações acerca da avaliação do quesito. Neste momento, é importante saber que a ficha não vai apresentar um método, uma métrica, pois estes aspectos só poderão ser aferidos após a análise da situação atual de todos os Programas de Pós-Graduação de cada área⁴.

Notas

* Professores do Programa de Mestrado Interdisciplinar Sociedade e Desenvolvimento da Universidade Estadual do Paraná, Câmpus de Campo Mourão (Unespar). A estudante Mariele Eloisa Pinzan, do curso de Pedagogia, contribuiu nos trabalhos de transcrição da entrevista.

¹ As publicações do “Plano Nacional de Pós-Graduação (2011/2020)” e “Mestres 2012: estudos da demografia da base técnico-científica brasileira” estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: <<http://www.capes.gov.br/sobre-a-capes/plano-nacional-de-pos-graduacao/pnpg-2011-2020>> e <http://www.cgee.org.br/publicacoes/mestres_e_doutores.php>. Acesso em: 10 out. 2013.

² Fonte: ISI (Institute for Scientific Information). National Science Indicators, USA.

³ Nota dos entrevistadores: a este respeito, outras informações podem ser encontradas no artigo: MEZZOMO, Frank Antonio. Apontamentos sobre a pesquisa no Brasil e no NUPEM: entre o paradigma e o *paradogma*. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 1, n. 1, jul/dez. 2009, p.85-108. Disponível em: <<http://www.fecilcam.br/revista/index.php/nupem/article/viewFile/187/149>>. Acesso em: 10 out. 2013.

⁴ Os Documentos de Área 2013, publicados pela CAPES, estão disponíveis na página de cada Área de Avaliação, e podem ser acessados a partir do seguinte endereço: <<http://www.capes.gov.br/avaliacao/areas-paginas>>.

Recebido em: setembro de 2013.

Aprovado em: outubro de 2013.